

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL - RONDÔNIA****CNPJ:- 04.092.714/0001-28****ANISIO SERRAO, 2100 - CENTRO****Exercício:- 2026**

Excelentíssimo Senhor Prefeito

PROCESSO Nº 1140 / 2026**DATA: 22/01/2026 - :11:20:55**

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CPF/CNPJ: 04.092.714/0001-28 **RG/Insc. Est.:**
Endereço: ,
Complemento: **Bairro:**
Cidade: - **CEP:**
Telefone: (69) 3907-4098 **Celular:**
Endereço Complementar: N/A

ASSUNTO/MOTIVO: PROJETOS DE LEIS MUNICIPAIS

PL - ALTERAÇÃO DA LEI 2735/2010 - AFAST. POR
CEDÊNCIA/PERMUTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL , supra qualificado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer para que determine à repartição competente desta Prefeitura que lhe expeça:

PL - ALTERAÇÃO DA LEI 2735/2010 - AFAST. POR CEDÊNCIA/PERMUTA

Observação: PL - ALTERAÇÃO DA LEI 2735/2010 - AFAST. POR CEDÊNCIA/PERMUTA

End. Correspondência: - Nº:**Bairro:****Cidade:** -**CEP:****Complemento:****Telefone:**(69) 3907-4098 - **Celular:** - **Email:** portaltransparencia@cacoal.ro.gov.br**Arquivos Vinculados**

Data	Usuário	Descrição	Documento
22/01/2026 13:44:48	00744961238	Termo de Abertura de Processo Administrativo 1140-2026.pdf	
22/01/2026 13:44:54	00744961238	minuta-do-projeto-2735-2010.pdf	
22/01/2026 13:44:57	00744961238	DESPACHO AVAL DO PREFEITO.pdf	
22/01/2026 13:45:03	00744961238	Despacho - PL pgm.pdf	
23/01/2026 12:40:38	03645653228	PROCESSO 1140-2026 - SEMAD - PARECER MINUTA DE LEI.pdf	
23/01/2026 14:30:29	01175936219	PL ESTÁGIO PROBATÓRIO.pdf	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL - RONDÔNIA

CNPJ:- 04.092.714/0001-28

ANISIO SERRAO, 2100 - CENTRO

Exercício:- 2026

Zona:	Quadra:	Data	Cadastro	Lote:
--------------	----------------	-------------	-----------------	--------------

Nestes termos,
Pede deferimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
Requerente

MATEUS CUSTODIO RIGO DOS SANTOS
Funcionário



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Ao(s) 22 dia(s) do mês de janeiro de 2026, nesta cidade de Cacoal, Rondônia, procedo a abertura do processo administrativo nº 1140/2026, que tem por finalidade reunir a documentação para elaboração de Projeto de Lei para alterar a Lei n. 2.735/2010.

Neste momento, junto a estes autos, em ordem cronológica, os seguintes documentos:

- a) Justificativa para alteração da referida Lei;
- b) Minuta do projeto de Lei.

ELIANE DE LACERDA LÚCIO SANTOS
Secretária Municipal de Administração





ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MINUTA DO PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº /PMC/2026

ALTERA A LEI Nº 2.735/PMC/2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGO, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 10º e acrescenta o § 11º ao art. 8º da Lei Municipal nº 2.735/PMC/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 10. O servidor em estágio probatório poderá solicitar cedência ou permuta, condicionada à autorização da autoridade superior e à comprovação do interesse público.

§ 11. Deferida a cedência ou permuta, o período de estágio probatório ficará suspenso, retomando-se sua contagem a partir do efetivo retorno do servidor às atividades no órgão de origem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cacoal, data.

ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

SANDRA CRISTINA DOS SANTOS BAHIA
Procuradora-Geral do Município

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 11f8b263-c8ab-448b-8f71-2794829439e4 - Página 1/1





ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO Nº: 1140/ 2026
ASSUNTO: PROJETO DE LEI - ALTERA A LEI N. 2.735/2010
ÓRGÃO REQUISITANTE: SEMAD

DESPACHO

De acordo com o prosseguimento da propositura constante dos autos do Processo n. 1140/2026, que trata da alteração da Lei Municipal n. 2.735/PMC/2010, com vistas a modificar a disciplina relativa à possibilidade de cessão e permuta de servidor em estágio probatório. Diante disso, determino o regular prosseguimento do feito em regime de urgência, a fim de viabilizar a formalização do respectivo Projeto de Lei e o seu subsequente encaminhamento para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores.

Cacoal/RO, 22 de janeiro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito Municipal

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 06294b20-0ce9-4fde-9b70-a5a47932f06b - Página 1/1





ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº: 1140 /2026
ASSUNTO: PL - ALTERAÇÃO LEI 2.735/10 - Cedência/Permuta
ÓRGÃO REQUISITANTE: SEMAD
ÓRGÃO DESTINATÁRIO: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

DESPACHO

Trata-se de proposta de alteração do § 10º do art. 8º da Lei Municipal n. 2.735/PMC/2010, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Cacoal.

A iniciativa tem por finalidade adequar a legislação municipal ao procedimento já adotado por outros entes da Administração Pública Municipal, a exemplo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/Cacoal, permitindo que o servidor em estágio probatório possa, excepcionalmente, ser cedido ou permutado, desde que haja autorização da autoridade superior e seja demonstrado o interesse público.

Registre-se que a proposta não implica prejuízo à finalidade do estágio probatório, uma vez que estabelece, de forma expressa, que o prazo do estágio ficará suspenso durante o período de cedência ou permuta, retomando-se sua contagem somente após o efetivo retorno do servidor às atividades no órgão de origem. Tal medida preserva a avaliação da aptidão e capacidade do servidor no ambiente funcional para o qual foi originalmente investido, garantindo segurança jurídica e observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Ressalte-se, ainda, que a alteração proposta confere maior flexibilidade administrativa, sem afastar o controle e a discricionariedade da Administração, além de promover uniformização normativa entre a Administração Direta e Indireta, evitando interpretações divergentes e potenciais questionamentos pelos órgãos de controle.

Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral do Município – PGM, para análise jurídica e manifestação quanto à legalidade e constitucionalidade da proposta, bem como para a elaboração da minuta do respectivo Projeto de Lei, se assim entender cabível.

Cacoal/RO, 22 de janeiro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
ELIANE DE LACERDA LÚCIO SANTOS
Secretária Municipal de Administração
Decreto n. 8.700/PMC/2022



PROCESSO Nº: 1140/2026

ASSUNTO: MINUTA DE LEI.

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD.

PARECER JURÍDICO

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, por meio de seu Procurador signatário, com base na Lei n. 2.413/2008, em análise ao teor do processo em epígrafe, emite o seguinte parecer:

Trata-se de Projeto de Lei visando “(...) *adequar a legislação municipal ao procedimento já adotado por outros entes da Administração Pública Municipal, a exemplo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/Cacoal, permitindo que o servidor em estágio probatório possa, excepcionalmente, ser cedido ou permutado, desde que haja autorização da autoridade superior e seja demonstrado o interesse público*”.

Em síntese, esta é a questão posta. Passo a opinar.

Pois bem: a competência para legislar sobre os assuntos de interesse local é exclusiva dos Municípios, conforme previsão constante do Art. 30º, I da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 30 - Compete aos Municípios:

(...)

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Inclusive, a própria Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 25, II, “c)”, regulamenta a iniciativa de leis que disponham sobre a organização administrativa, *in verbis*:

Art. 25 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica:

§ 1º. São de iniciativa privativa do prefeito às leis que;

(...)

II -Disponham sobre:

(...)



c) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços público e pessoal da administração direta e indireta.;

Por sua vez, o Art. 44, VI, c) da mesma Lei Orgânica Municipal prevê que:

Art. 44- Compete, privativamente, ao prefeito:

(...)

VI - Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei, em especial sobre:

c) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração direta e indireta.

Diante das razões expostas, esta Procuradoria, por seu Procurador Signatário, opina que é de competência exclusiva do Município legislar sobre a regulamentação de cessões e permutas de servidores.

Ademais, as outras questões técnicas presentes no teor do projeto de lei devem ser analisadas pelo setor técnico competente, eis que extrapola a competência e os conhecimentos técnicos desta Coordenação do Contencioso Administrativo.

É o parecer, salvo juízo diverso, ressalvado, por óbvio, a faculdade de a autoridade competente entender de forma diversa, dado o caráter meramente opinativo do presente.

Cacoal/RO, 23 de janeiro de 2026.

NELSON ARAÚJO ESCUDERO FILHO
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB/RO 787

Richer de Souza Della Torre
Assessor Jurídico
OAB/RO 12.690





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

OFÍCIO N° 27/GP/PGM/2026

Cacoal/RO, 23 de janeiro de 2026.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

Com a presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

“ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 2.735/PMC/2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei substitutivo.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
GIMENEZ FRITZ
MD. Presidente da Câmara Municipal
CACOAL-RO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que:

“ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 2.735/PMC/2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O presente Projeto de Lei tem por objetivo solicitação da Secretaria Municipal de Administração -SEMAD veiculado pelo processo 1140/2026 que visa alterar a lei 2.735/PMC/2010.

A iniciativa tem por finalidade adequar a legislação municipal ao procedimento já adotado por outros entes da Administração Pública Municipal, a exemplo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE/Cacoal, permitindo que o servidor em estágio probatório possa, excepcionalmente, ser cedido ou permutado, desde que haja autorização da autoridade superior e seja demonstrado o interesse público.

Registre-se que a proposta não implica prejuízo à finalidade do estágio probatório, uma vez que estabelece, de forma expressa, que o prazo do estágio ficará suspenso durante o período de cedência ou permuta, retomando-se sua contagem somente após o efetivo retorno do servidor às atividades no órgão de origem. Tal medida preserva a avaliação da aptidão e capacidade do servidor no ambiente funcional para o qual foi originalmente investido, garantindo segurança jurídica e observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Ressalte-se, ainda, que a alteração proposta confere maior flexibilidade administrativa, sem afastar o controle e a discricionariedade da Administração, além de promover uniformização normativa entre a Administração Direta e Indireta, evitando interpretações divergentes e potenciais questionamentos pelos órgãos de controle.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI N. /PMC/2025.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 2.735/PMC/2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O **PREFEITO DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo do Município de Cacoal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 10º e acrescenta o § 11º ao art. 8º da Lei Municipal nº 2.735/PMC/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 10. O servidor em estágio probatório poderá solicitar cedência ou permuta, condicionada à autorização da autoridade superior e à comprovação do interesse público.

§ 11. Deferida a cedência ou permuta, o período de estágio probatório ficará suspenso, retomando-se sua contagem a partir do efetivo retorno do servidor às atividades no órgão de origem.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

Cacoal/RO, 23 de janeiro de 2026.

[Assinado Digitalmente]

ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

[Assinado Digitalmente]

SANDRA CRISTINA DOS SANTOS BAHIA
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO
Decreto nº 10.278/PMC/2025
OAB/RO 6.486

